

DETERMINANTES DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO A ÓRGÃOS INTERNACIONAIS PELO ESTADO DO CEARÁ

Determinants of Ceará's fundraising from international agencies

Ricardo Wilson de Sousa Bessa

Mestre em Economia. Curso de Pós-Graduação em Economia. Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade – CAEN. Universidade Federal do Ceará – UFC. Av. da Universidade, 2.700, 2º andar, CEP: 60.020-181, Fortaleza, CE, Brasil. rw-bessa@uol.com.br

Paulo Matos

Engenheiro Civil. Doutor em Economia. Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade – CAEN. Universidade Federal do Ceará – UFC. Av. da Universidade, 2700, 2º andar, CEP: 60.020-181, Fortaleza, CE, Brasil. paulomatos@caen.ufc.br

Resumo: em um cenário recente de participação significativa e crescente por parte dos governos subnacionais nas relações econômicas internacionais, este artigo se propõe a analisar a influência de variáveis macroeconômicas, fiscais e políticas na captação de recursos junto a órgãos internacionais pelo estado do Ceará. A gestão fiscal austera e a pró-atividade paradiplomática financeira deste estado têm proporcionado a credibilidade necessária para contratar empréstimos externos com as agências multilaterais e bilaterais, sendo o montante anual médio desta captação de R\$ 160 milhões durante o período de 1999 a 2008, representando 40% do volume total nacional. Assim, a partir de um arcabouço *ad hoc* linear multivariado, é possível evidenciar o impacto positivo alcançado pela reforma fiscal do Ceará, além da influência negativa causada pelas mudanças de gestão do poder executivo estadual. Estas operações de crédito foram influenciadas positivamente pela oferta destinada ao estado vis-à-vis o montante nacional e principalmente pelo esforço de uma diplomacia paralela, de forma que um aumento nesta variável em 1% implica no aumento de 0,22% na captação de recursos externos.

Palavras-chave: paradiplomacia financeira, captação de recurso externo, mudança de governo estadual, austeridade fiscal.

Códigos JEL: H77, H81.

1 Introdução

A atividade paradiplomática, em termos financeiros ou políticos, dos governos estaduais e municipais brasileiros não consiste em um fenômeno recente, como se observa em Maia e Saraiva (2012), onde são apresentadas e detalhadas as operações junto a organizações internacionais desenvolvidas durante a República Velha, ou seja, há mais de um século. No entanto, evidencia-se nos últimos anos, uma vivência mais assídua dessas experiências paradiplomáticas, tanto nos países desenvolvidos pertencentes à Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), como em economias

Abstract: in a recent period characterized by significant and increasing participation by subnational governments in international economic relations, this article intends to analyze the influence of macroeconomic, fiscal and politic variables policies at raising the necessary funds by Ceará from international organizations. Ceará's austere fiscal management and pro-activeness financial paradiplomacy have provided the credibility needed to get external loans from multilateral and bilateral agencies. The average annual amount of this fund raising is R\$ 160 million during the period from 1999 to 2008, representing 40% of the total volume. Thus, based on an ad hoc linear multivariate framework, we can evidence the fiscal reform positive impact, besides the negative influence caused by changes of State executive power management. These loans were also influenced positively by the relative offer and mainly by parallel paradiplomacy effort so that an increase in this variable by 1% implies the increase of 0.22% in fund raising.

Keywords: financial paradiplomacy, fund raising from external organizations, state government change, fiscal austerity.

JEL Codes: H77, H81.

Recebido em 26 de setembro de 2011 e aprovado em 24 de outubro de 2013

emergentes, o que vem atraindo a atenção da literatura científica.¹

Em uma contribuição recente, Moreira et al. (2010) discutiram, por exemplo, a problemática de inserção das cidades sul-americanas nos processos de globalização e regionalização transnacional, com ênfase nas redes de negociação paradiplomática.

Atendo-se à participação do governo brasileiro nas relações econômicas internacionais, mais especificamente no campo da paradiplomacia

¹ A OCDE consiste em uma organização internacional composta por mais de 30 economias caracterizadas pelo elevado nível de renda e de Índice de Desenvolvimento Humano.

financeira, percebe-se que a motivação para a extensão das relações internacionais está associada ao fato de que, para os entes subnacionais que estejam adimplentes com suas metas fiscais e com capacidade de endividamento, há bastantes recursos disponíveis a serem captados junto a fontes externas, cujas operações apresentam custos e condições mais razoáveis. Trata-se assim, de uma fonte viável de financiamento para os programas de investimento e desenvolvimento local e regional, com reflexos positivos sobre a projeção externa do país, além do acesso a melhores práticas e inovações fornecidas pela assistência técnica e financeira internacional.

Neste contexto, este artigo aborda as relações exteriores específicas do Estado do Ceará, no que se refere aos esforços deste governo visando à captação de créditos externos, via instrumentos legais previstos no arcabouço de medidas de responsabilidade fiscal junto a organizações internacionais. Com relação ao financiamento externo, a ênfase se dá na análise da captação de créditos pelo governo do estado disponibilizados pelos organismos multilaterais, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentre outros, além de considerar aportes recebidos de fontes bilaterais, as quais representam acesso a recursos expressivos e a custos acessíveis para viabilizar seus esforços de modernização da infraestrutura física e social e de promoção do desenvolvimento local.

Assim, alinhado aos argumentos defendidos em Soldatos (1990), este trabalho se propõe a modelar a evolução ao longo do tempo da captação de créditos externos oficiais pelo estado cearense a partir da construção de variáveis *proxy* capazes de mensurar aspectos fiscais, macroeconômicos e políticos tidos como relevantes na capacidade de obtenção deste crédito externo, durante o período de 1999 a 2008, com frequência trimestral.

Em suma, de acordo com os resultados, evidencia-se o impacto significativo da reforma fiscal do Ceará, além da influência negativa de mudanças de gestão do poder executivo estadual na evolução destas receitas de operações contratadas de crédito externo. Estas operações parecem ser influenciadas positivamente pela oferta destinada ao estado vis-à-vis o montante nacional e também pelo esforço de uma diplomacia paralela, de forma que um aumento nesta variável em 1% implica no crescimento de 0,22% na captação de recursos externos.

Este artigo encontra-se estruturado de forma que na próxima seção, faz-se uma breve revisão da literatura relacionada sobre a etimologia e principais aspectos relacionados à paradiplomacia no mundo e no Brasil, sendo feita na terceira seção uma abordagem sucinta da política fiscal no país e no Estado do Ceará. Na seção 4, tem-se a descrição da metodologia, e na quinta seção apresenta-se toda a discussão dos resultados do exercício empírico. As considerações finais são feitas na sexta seção.

2 Paradiplomacia

2.1 Etimologia

Em razão da diversidade de opiniões e do uso de termos que visem captar os sentidos do fenômeno paradiplomático, observa-se que a palavra “paradiplomacia” não foi a primeira a ser utilizada para designar as atividades internacionais de entidades subnacionais, tendo sido inicialmente utilizada a expressão “microdiplomacia” em Paquin (2004) e Farias (2000)². Zabala (2000) apontou que o neologismo paradiplomacia surgiu somente na década de 80 na literatura norte-americana.

Assim, esta expressão foi trazida ao debate acadêmico por Soldatos (1990) com o intuito de designar a atividade diplomática desenvolvida entre entidades políticas não centrais situadas em diferentes estados. Segundo este autor, ainda que a literatura frequentemente prefira usar termos como “atuação externa”, suas manifestações são frequentemente similares às atividades de política externa dos Estados-Nação, sob a forma de visitas, missões ao exterior, acordos com atores externos e, inclusive, representações externas diretas.

Outros autores utilizam ainda outras palavras para designar a diplomacia dos estados federados, preferindo falar, por exemplo, de diplomacia de “múltiplas vias” ou de múltiplas camadas, como Hocking (2004), que contestou a utilização dos termos paradiplomacia e protodiplomacia. Lembrou que foram forjados com o intuito de reforçar os elementos de conflito existentes entre o governo nacional e os governos subestatais, havendo o risco de que seu uso possa corroborar para o reconhecimento das tensões entre as esferas de governo na dinâmica da centralização-descentralização em que vivem, sobretudo, as federações na atualidade. O autor enfatizou, ainda, que a diplomacia não poderia ser considerada um processo segmentado entre os atores dentro do estado, devendo, ao contrário, ser considerada como um sistema, onde se imbricam os atores no seio da estrutura estatal.

Por isso, o Hocking (2004) utiliza o termo “diplomacia de múltiplas camadas” ou “diplomacia catalítica” para definir o fenômeno como permanente, frente à atividade dos atores da paradiplomacia e aos recursos que estes possuem, muitas vezes, superiores aos recursos dos governos centrais. O autor destacou ainda, a importância da paradiplomacia, a qual aborda todos os domínios da ação internacional dos governos centrais, incluindo as questões militares, de cooperação, de desenvolvimento e de direitos humanos, tendo ainda os atores paradiplomáticos um papel essencial na atração de investimentos estrangeiros.

² Para maiores detalhes sobre a origem do termo, ler Zabala (2000) e Duchacek (2001).

2.2 Paradiplomacia financeira: exemplos e questões operacionais

É difícil precisar historicamente as origens da atividade internacional de governos não centrais, pois há muitos relatos de atuações que poderiam ter sido consideradas como paradiplomáticas. Entretanto, um primeiro evento a alcançar grande visibilidade se deu em 1882, quando a cidade de Quebec, no Canadá, estabeleceu-se um escritório de representação em Paris, visando administrar os crescentes fluxos financeiros e comerciais entre as duas cidades, conforme Soldatos (1990). Segundo Keating (2004), esse movimento ganhou força no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir da interlocução entre governos subnacionais europeus durante o esforço de reconstrução do continente. No continente americano, por sua vez, destaca-se a importância de movimentos envolvendo as fronteiras entre Canadá e Estados Unidos e entre Estados Unidos e México, as quais foram se tornando propícias à integração econômica, social e cultural, como reportado em Vigevani (2006).

A partir daí, segundo Keating (2004), a atuação externa de unidades subnacionais ganharia impulso, sobretudo nos anos 70 e 80, devido a dois fatores fundamentais: 1) os avanços tecnológicos que revolucionaram as dinâmicas de tempo-espço da modernidade, facilitando o acesso e estendendo as possibilidades de comunicação por todo o globo, e; 2) devido ao contexto de descolonização e redemocratização em diversas regiões do mundo, com destaque para a África, Ásia e América Latina, o que gerou uma nova e variada gama de participantes políticos, tanto nos âmbitos domésticos quanto no plano internacional.

Dentre as várias questões operacionais que envolvem este tema, destacam-se três, em particular. A primeira diz respeito ao fator endógeno de criação de um núcleo de formulação e operação de ações externas no aparelho administrativo de um governo subnacional que o capacita para realizar contatos além das fronteiras do Estado-Nação para a promoção de intercâmbios econômicos, projeção no exterior e captação de recursos do resto do mundo. A experiência internacional registra inúmeros e crescentes casos de ações de internacionalização conduzidas por governos subnacionais por meio de motivações, oportunidades e estratégias diversas.

A segunda questão se refere à articulação funcional entre os estados e seus governos nacionais na condução de suas ações externas. A falta de soberania dos entes subnacionais requer a interveniência do governo central na forma de concessão de garantias contra eventual risco de inadimplência do mutuário junto ao credor internacional. Tal aspecto pressupõe todo um processo de controle do endividamento subnacional, de modo a minimizar riscos de *default* e pressões por socorros financeiros (*bailouts*) para subunidades federadas insolventes, o que restringe, na prática, o raio de ação da paradiplomacia dos governos

subnacionais em suas tratativas junto a organismos internacionais e organizações governamentais estrangeiras de fomento.

A terceira questão se refere ao papel desempenhado pelos regimes internacionais na concessão de créditos externos oficiais a mutuários subnacionais, uma vez que, durante mais de três décadas, os organismos de *Bretton Woods* somente concediam créditos a estados soberanos que eram membros do próprio organismo. Assim, a flexibilização das diretrizes de crédito dos organismos internacionais no final dos anos 80 correspondeu a uma mudança significativa no regime financeiro internacional que regulamenta a atuação dos organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento. Pode se constatar que houve mudança em relação ao espaço físico das relações entre os países no mundo – onde, com a inserção de novos agentes na economia, as relações internacionais deixaram de ser realizadas apenas por meio das fronteiras soberanas do Estado-Nação. Segundo Vigevani (2006), a participação subnacional no sistema internacional acontece devido à busca pelo aumento na competitividade e pela melhoria em sistemas básicos na sociedade.

No entanto, reconhecer e legitimar uma política exterior subnacional, estabelecendo quais são os indicadores que devem ser levados em conta, representa grandes desafios metodológicos, dada a heterogeneidade dessas iniciativas, mesmo porque, enquanto alguns governos subnacionais desenvolvem estratégias internacionais deliberadas e criam instrumentos burocráticos e estruturas institucionais para fazê-lo, como Secretarias de Relações Internacionais, outros simplesmente realizam ações externas sem contar com um planejamento pré-concebido ou qualquer grau de coordenação, como argumentado em Salomón e Nunes (2007).

Neste contexto, é importante citar Rosenau (1990), em que se passou a apontar as incumbências e limitações que a relação com o conceito de soberania implicaria na ação exterior, classificando os governos internacionais condicionados pela soberania: *i*) governos centrais, ao quais teriam mais responsabilidades, recursos e obrigação de prestação de contas e *ii*) os governos *sovereignty-free* – empresas multinacionais, grupos étnicos, agências burocráticas e partidos políticos – que teriam mais liberdade para buscar seus objetivos, de acordo com a disponibilidade de meios de que gozassem, a princípio sofrendo menos constrangimentos políticos à sua ação.

2.3 A paradiplomacia financeira no Brasil

O maior problema enfrentado pelos governos subnacionais parece ser o da institucionalização de seus acordos e de suas ações, visto que em países federados, como o Brasil, apenas um órgão é responsável por todo tipo de relações internacionais do país. Segundo Almeida e Silva (2007):

O federalismo pressupõe, na sua estrutura, uma esfera lógico-normativa reguladora das relações entre os estados federados e a União, que em última instância detém a soberania estatal, poder último sobre os cidadãos e as demais entidades estatais, nestas apenas em consonância dos limites estabelecidos na Constituição. (ALMEIDA; SILVA, 2007).

No caso brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores é o responsável por todos os acordos e articulações realizados com outros países, sendo ele também o responsável por coordenar as ações externas dos governos subnacionais que a cada dia ampliam seu raio de ação, a fim de agilizar os acordos internacionais e também como forma de manter uma relação não tensionada entre estado nacional e subnacional, onde persistam interesses consoantes entre a União e os entes subnacionais³.

No entanto, a ação externa de entes federativos se vê limitada juridicamente pelas constituições nacionais e pelo Direito Internacional Público que reconhece somente os estados como sujeitos do direito internacional. A este respeito, Prazeres (2004) destacou que, apesar da atuação no plano internacional ser tradicionalmente realizada pelos governos nacionais, as unidades subnacionais brasileiras não se mostram acomodadas com as limitações que são impostas à sua ação externa. Ainda segundo este trabalho, considerando a orientação tradicional sobre a manutenção de relações com outros estados uma prerrogativa de soberania, as subunidades não dispõem de capacidade de, *per se*, assumir compromissos internacionais.

Diferentemente do caso mexicano, não há no Brasil a regulamentação específica que lide com a institucionalização das atividades internacionais desenvolvidas pelas unidades subnacionais. Porém, constam na Constituição de 1988 as diretrizes que estabelecem que a federação brasileira seja tripartite: formada pelo governo central, os estados e os municípios brasileiros. Seu caráter inovador com relação à maioria das outras constituições federativas do mundo está associado exatamente ao fato de que os governos locais passariam a ter uma parcela de poder dentro do plano federativo e a usufruir de maior autonomia administrativa, apesar de receber apenas 15% da arrecadação federal. No entanto, seriam poucos os municípios que dispõem de poder e estrutura para ter papel relevante na prática de ações internacionais como demonstração de sua capacidade política.

Neste cenário, as unidades da federação passaram a desempenhar um papel cada vez maior no cenário político nacional e no processo de desmonte do estado desenvolvimentista, com tendência para conflito entre as unidades subnacionais por recursos federais, tais como a contratação de empréstimos com o aval da união e seu posterior não pagamento e privados – a guerra fiscal no âmbito da atração de investimentos de multinacionais.

Um exemplo muito citado é o do Rio Grande do Sul, que criou a primeira secretaria estadual vinculada ao tema das relações internacionais em 1987, resultando no fortalecimento dos laços do Brasil com a Argentina.

Neste contexto, este artigo se posiciona ao modelar e analisar quantitativamente a capacidade de explicação de variáveis exógenas fiscais, políticas e macroeconômicas para um caso específico, ainda pouco explorado na literatura: a atuação paradiplomática financeira do Estado do Ceará, cujo montante de crédito obtido nos últimos anos junto a fontes externas vem sendo bastante significativo em termos absolutos e relativos. Mesmo sendo um dos estados com menor participação no PIB brasileiro, o Ceará tem se apresentado como uma das mais dinâmicas unidades da Federação no campo da iniciativa paradiplomática, conforme dados apresentados na subseção 3.2.

3 Considerações sobre a política fiscal

3.1 Política fiscal no Brasil: paradiplomacia, descentralização e equilíbrio

A crise fiscal brasileira dos anos 80 teve papel importante no colapso no planejamento estratégico nacional e nos mecanismos de desenvolvimento regional herdados da época do Regime Militar (1964–1985). Diante das restrições fiscais por parte da união, o setor público – principalmente os governos estaduais – foi estimulado a se endividar junto a fontes externas para complementar as necessidades de financiamento dos gastos públicos com investimento. Assim, na literatura de economia do setor público, o debate sobre este tema, o qual está diretamente associado à descentralização e conseqüentemente às atividades de paradiplomacia, não parece estar consolidado, havendo exemplos bastante idiossincráticos.

Em muitos países, a descentralização foi um dos instrumentos fundamentais nos processos de reforma e modernização do estado. Em particular, na América Latina, tem se desenvolvido um movimento de descentralização com o objetivo de proporcionar melhor aproveitamento do potencial de fortalecimento da governabilidade, da democracia e de promoção do desenvolvimento local, através da alocação mais eficiente de recursos públicos e da distribuição transparente de competências nos níveis subnacionais de governo.

No entanto, os benefícios esperados com a descentralização fiscal não estão garantidos, pois o acesso dos governos às distintas fontes de financiamentos, além dos impostos e transferências intergovernamentais, inclui o endividamento interno e externo, o que pode vir a influenciar na magnitude do déficit do setor público do país como um todo. Por isso, o grande desafio da descentralização é alcançar um equilíbrio entre a distribuição de recursos e

³ Prado (2007) consiste em uma referência bastante interessante neste contexto.

competências e os objetivos de estabilidade macroeconômica.

Neste cenário, a Constituição Federal de 1988 ampliou as atribuições dos estados e municípios brasileiros, normatizando as medidas visando obter maior responsabilidade fiscal, gerando perspectivas no sentido de fortalecer a discussão sobre a possibilidade e a efetividade de ações internacionais descentralizadas.

Já a Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), incluiu na dívida pública consolidada, para efeitos de verificação do limite de endividamento mensurada pelo estoque de dívida, as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento⁴.

A LRF surge em ambiente gerencial orientado pela eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, aliado a um contexto de aprofundamento da crise financeira do estado brasileiro, com propósito de conter o déficit público e o endividamento crescente por meio da manutenção do equilíbrio fiscal permanente, mediante o cumprimento intertemporal de metas de resultado fiscal. Para tanto, foram estabelecidas rígidas restrições legais em relação às operações de crédito, renúncia de receitas, geração de despesas com pessoal, seguridade social, dívidas consolidada e mobiliária, concessão de garantias e inscrição em restos a pagar.

Como consequência destes marcos fiscais, foi possível observar que a literatura especializada ampliou o conceito de paradiplomacia, sugerindo a participação de organizações governamentais, além do estado nacional, em ações internacionais, agregando ao debate clássico relativo à soberania nacional e ao federalismo.

Assim, o desafio para o Brasil passa a ser como conduzir o potencial interesse pelas relações externas dos governos descentralizados (estaduais e municipais) com os interesses do estado nacional.

Segundo informações fornecidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEAIN/MPOG), o valor total das operações de crédito contraídas pelo setor público brasileiro junto a fontes multilaterais e bilaterais, ao longo do período compreendido entre 1989 e 2006, alcançou a marca de US\$ 36,8 bilhões, sendo que 37,89%, ou seja, US\$ 13,96 bilhões foram contratados diretamente pelos entes subnacionais.

Esses números permitem evidenciar o peso expressivo das relações financeiras assumidas pelos governos estaduais e municipais, conforme se observa na Tabela 1⁵.

Tabela 1 – Operações de Crédito contatadas pelos Governos Central, Estaduais e Municipais junto a fontes multilaterais e bilaterais (1989 a 2006)

Esfera de governo	Número	Valor (US\$ mil)	Participação (%)
União	139	22.899.342	62,11
Estados	146	12.533.904	33,99
Municípios	18	1.433.106	3,90
Total	303	36.866.352	100,00

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN, 2011.

3.2 Política fiscal no Ceará

A relevância teórica e empírica do tema está associada à ação externa dos governos subnacionais brasileiros na captação direta de recursos externos, ou seja, a contratação de dívidas junto a fontes multilaterais e bilaterais para complementar suas necessidades de investimento. O volume expressivo dos fluxos de empréstimos externos já assumidos pelos entes subnacionais e seus compromissos para o cumprimento de metas fiscais e de controle da dívida com o governo federal impõem restrição à captação de recursos externos por tais entes governamentais que não estejam fiscalmente ajustados.

No entanto, como já abordado, para aqueles entes subnacionais que estejam adimplentes com suas metas fiscais e com capacidade de endividamento, os recursos da captação externa com custos razoáveis podem proporcionar uma fonte de financiamento para os programas de investimento e desenvolvimento local.

Atendo-se à recente experiência vivenciada pelo Estado do Ceará, o modelo de gestão implementado a partir da década de 90 permite evidenciar: *i*) a redução dos gastos públicos com pessoal do patamar de 92,3% da receita corrente líquida no período de 1979 a 1985, para menos de 50%, no intervalo de 2001 a 2006, *ii*) a liberação de recursos orçamentários para aplicação sistemática de cerca de 10% das despesas totais em investimentos (despesas de capital) e alocação de mais 12% das mesmas com o serviço da dívida, *iii*) a redução em aproximadamente 50% do nível de financiamentos internos e externos em razão das receitas totais no período, passando para o patamar de 5,62% no período entre 1999 e 2008, conforme Figura 1(a) e *iv*) a geração contínua de superávits na conta corrente do governo estadual (receitas correntes menos despesas correntes).

⁴ O conceito de dívida consolidada vai além das obrigações decorrentes das operações de crédito propriamente ditas, envolvendo, por exemplo, os precatórios incluídos no orçamento e não pagos durante o exercício a que se referem.

⁵ As operações de crédito externo por não envolverem instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, não necessitam observar as regras de contingenciamento do crédito do setor público do Conselho Monetário Nacional (CMN).

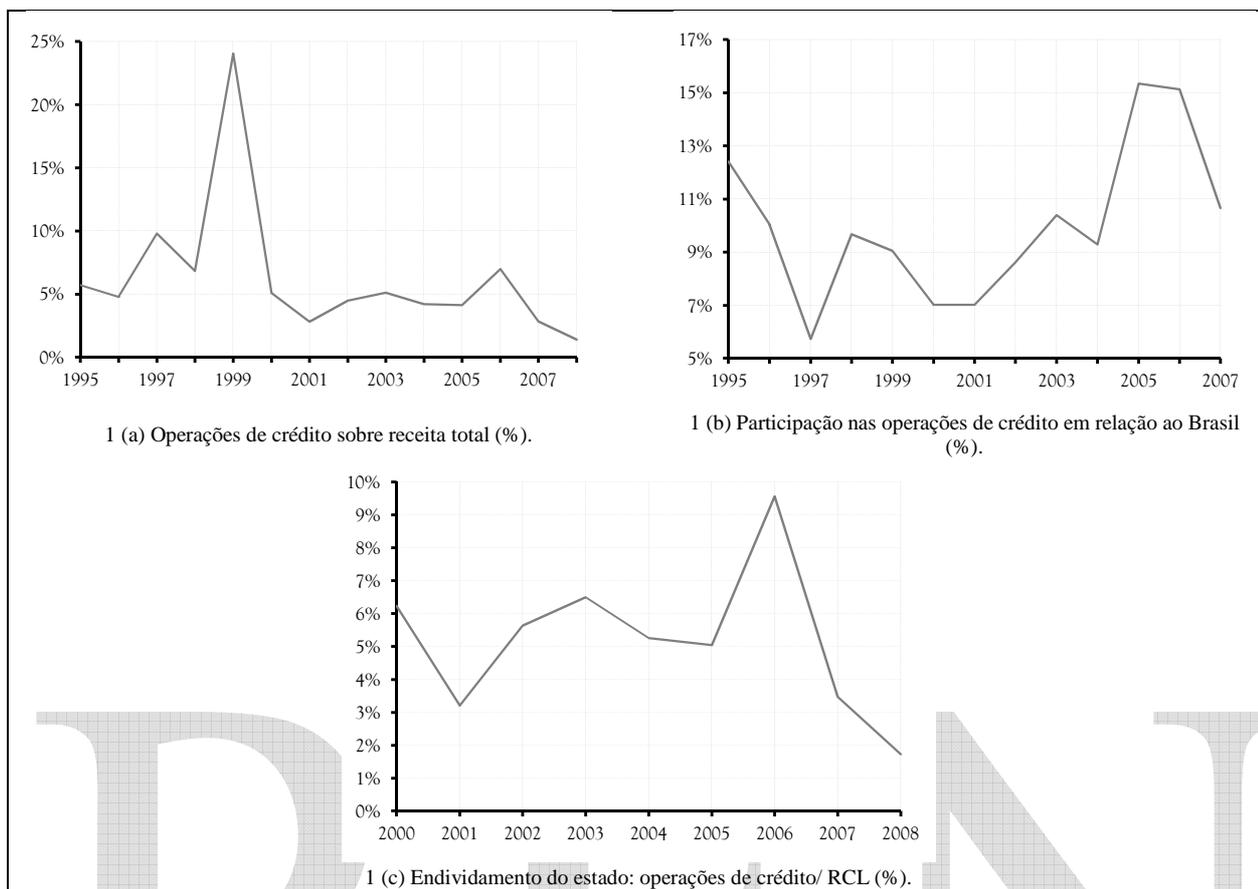


Figura 1 – Evolução das operações de crédito e do endividamento do Estado do Ceará (1999 a 2008) (1)

Nota: (1) Séries temporais anuais extraídas a partir de informes de domínio público disponibilizados nos sites dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e Secretaria de Comércio Exterior - SECEX.

Estas medidas fiscais contracionistas constituem a base para o estado alcançar superávits primários, mantendo sua reputação financeira em níveis que permitam o acesso contínuo a recursos externos a custos moderados, importantes para sustentar programas públicos de inversões e investimentos de longo prazo.

É possível também observar na Figura 1(b) que o Ceará apresentou razoável desempenho na captação de recursos contratados junto credores internos e externos, vis-à-vis os demais estados da federação. Para um estado cuja economia responde aproximadamente por apenas 2% do Produto Interno Bruto do Brasil (PIB), considerando o período de 2002 a 2007, o Ceará apresentou captações acima de 10% do volume total contratado por todos os estados brasileiros. Especificamente em 2006, o estado superou 15% do volume total considerando todos os estados.

Assim, em relação à captação de recursos externos oficiais, a carteira de projetos internacional do Ceará é uma das mais significativas dentre os estados brasileiros. A continuidade da gestão fiscal austera e a pró-atividade paradiplomática em face dos organismos internacionais de financiamento tem-lhe proporcionado à credibilidade necessária para contratar empréstimos externos com as agências multilaterais e bilaterais.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), a partir de 2002, o Ceará, em que pesem as dificuldades da conjuntura macroeconômica sobre as finanças dos estados, logrou êxito em captar novos empréstimos externos. Na Tabela 2, encontram-se reportadas todas as operações contraídas pelo estado durante o exercício de 2002 a 2009, com as respectivas fontes de concessão, datas, finalidades e montantes.

Tabela 2 – Operações de crédito externo contraídas pelo estado do Ceará analisadas pelo STN (exercício de 2002 a 2009)

Finalidade	Valor em R\$	Instituição Financeira	Detalhamento	Data
Operação Contratual Externa	R\$ 287.000.000,00	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Infraestrutura	8/6/2004
Operação Contratual Externa	R\$ 27.332.969,00	Kreditanstalt für Wiederaufbau	Saneamento básico	11/8/2005
Operação Contratual Externa	R\$ 564.984.000,00	Banco Mundial	Multissetorial	21/9/2005
Operação Contratual Externa	R\$ 84.075.000,00	Banco Mundial	Multissetorial	4/7/2006
Operação Contratual Externa	R\$ 37.163.750,00	Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH	Multissetorial	4/7/2006
Operação Contratual Externa	R\$ 224.138.300,00	Banco Mundial	Multissetorial	8/10/2008
Operação Contratual Externa	R\$ 176.176.000,00	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Multissetorial	14/10/2008
PROFISCO	R\$ 66.748.000,00	Banco Interamericano de Desenvolvimento	PROFISCO	22/10/2008
Operação Contratual Externa	R\$ 500.508.192,00	Banco Mundial	Multissetorial	9/12/2008
Operação Contratual Externa	R\$ 89.557.400,00	Banco Mundial	Multissetorial	10/7/2009
Operação Contratual Externa	R\$ 87.610.500,00	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Multissetorial	10/7/2009
Operação Contratual Externa	R\$ 338.050.944,00	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Infraestrutura	22/7/2009
Operação Contratual Externa	R\$ 255.000.000,00	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Operação Contratual Externa	12/11/2009

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN, 2011.

Porém, conforme disposto nos limites da Resolução nº 43/2001-SF, as operações de crédito externo realizadas em um mesmo exercício financeiro não poderão ser superiores a 16% da receita corrente líquida (RCL), o que determina o ritmo do endividamento anual (fluxo de uso dos recursos), baseado em percentual da receita do ente subnacional.

Dessa forma, a partir de 2001 com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Ceará vem apresentando limites médios em torno de 5% da RCL, bem abaixo, portanto, do estabelecido por este instrumento legal, conforme pode ser visto na Figura 1(c). Estes valores permitem inferir que o Estado do Ceará tem se constituído como uma unidade da federação bastante dinâmica no campo da iniciativa paradiplomática financeira, ainda apresentando potencial de endividamento em acordo com as restrições da LRF.

O mesmo pode ser dito sobre a vertente comercial, com destaque ainda para a diversificação de parceiros comerciais na Europa (países como Portugal, Itália, Espanha, França, Alemanha), na América Latina (em especial a Argentina, Chile e Guiana Francesa), na África (Cabo Verde e Senegal) e mesmo na Ásia (a China), além dos Estados Unidos, além do apoio às missões oficiais ou comerciais dirigidas a inúmeros países como a China, Coreia do Sul e a outros na África (com ênfase em Cabo Verde, Senegal e Angola).

Nesse sentido, seguindo a tendência de internacionalização gradual, que vem desde meados da década passada e, mesmo a despeito da deficiente promoção comercial nacional, as exportações cearenses

reagiram mais fortemente do que as exportações do País em seu conjunto. O Ceará registrou expressivo aumento nas suas exportações (em dólares correntes) entre 2000 e 2008, a uma taxa anual de 15,33%, seguindo de perto a média de crescimento das exportações brasileiras no mesmo período (15% a.a), atingindo a marca de US\$ 1,27 bilhão no final de 2008. Esta evolução é acompanhada pela expansão da base exportadora, que saltou de apenas 50 empresas, em 1991, para 260 em 2002, chegando a 327 em 2007 e uma sensível diversificação na pauta de produtos manufaturados, de maior valor agregado e/ou conteúdo tecnológico.

Pelo lado das importações, a desaceleração econômica fez com que as compras no exterior recuassem no triênio 2003-2005, com posterior expansão a partir de 2006, atingindo o patamar de crescimento médio anual de 42% conforme pode ser verificado nas Figuras 2(a) e 2(b).

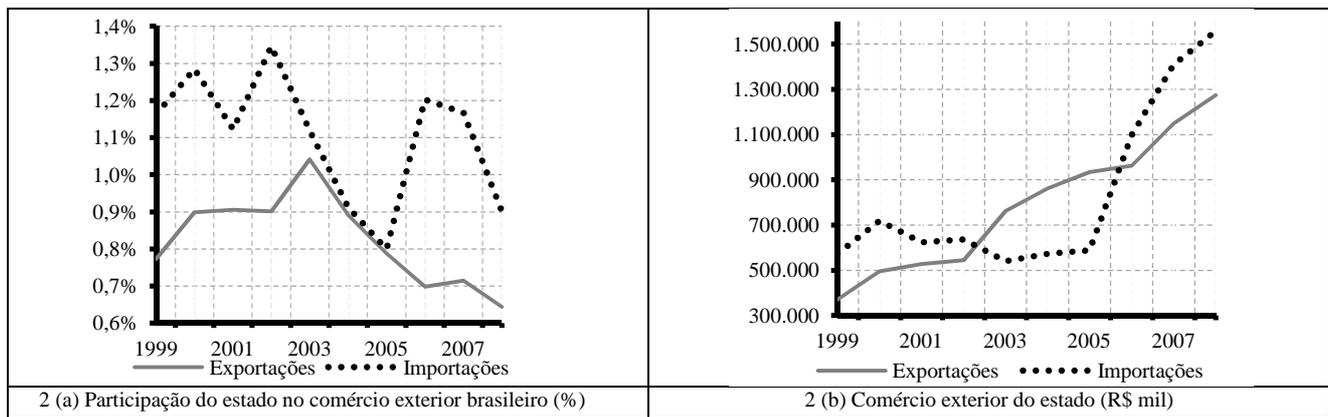


Figura 2 – Evolução do volume comércio exterior do Estado do Ceará *free on board* (1999 a 2008) (1)

Fonte: elaboração dos autores.

Nota: (1) Séries temporais anuais extraídas a partir de informes de domínio público disponibilizados nos sites dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e Secretaria de Comércio Exterior - SECEX.

4 Metodologia

4.1 Modelo econométrico

Tendo em vista o objetivo de modelar a evolução ao longo do tempo da captação de créditos externos oficiais por um mutuário subnacional brasileiro, no caso específico, o Estado do Ceará, durante o período de 1999 a 2008, foram coletados dados de desempenho macroeconômico e outros indicadores sobre a contabilidade estadual, a partir de diversas fontes extraídas de informes de domínio público disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BACEN) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). De posse de tais dados extraídos com frequência trimestral e alinhado com os argumentos defendidos em Soldatos (1990), foram construídas as seguintes variáveis *proxy* capazes de mensurar variáveis fiscais, macroeconômicas e políticas tidas como relevantes na obtenção deste crédito externo.

Em razão do desempenho satisfatório de modelos lineares multivariados com defasagens na literatura sobre crédito, como por exemplo, em Matos e Costa (2012), e visando captar possíveis e significativos efeitos não contemporâneos, mas sim com *lag* de um trimestre, seguiu-se neste artigo a sequência sugerida em Alt (1942) e Tinbergen (1949), ao se estimar a regressão seguinte, apenas com variáveis contemporâneas:

$$CRE_t = \alpha + \beta_{cp}CP_t + \beta_{pg}PG_t + \beta_{oc}OC_t + \gamma_{LRF}LRF + \gamma_1GOV1 + \gamma_3GOV3 + \gamma_4GOV4 + \varepsilon_t, (1)$$

Em seguida, com todas as combinações possíveis a partir do uso das respectivas primeiras

defasagens, sendo a versão menos parcimoniosa a ser estimada dada pela seguinte regressão:

$$CRE_t = \alpha + \beta_{cp}CP_t + \beta_{cp,1}CP_{t-1} + \beta_{pg}PG_t + \beta_{pg,1}PG_{t-1} + \beta_{oc}OC_t + \beta_{oc,1}OC_{t-1} + \gamma_{LRF}LRF + \gamma_1GOV1 + \gamma_3GOV3 + \gamma_4GOV4 + \varepsilon_t, (2)$$

Nesta relação, as variáveis *proxy* construídas utilizadas são as seguintes: *i*) receita de operações de crédito contratadas junto a órgãos externos, *CRE*, *ii*) indicador de atividade de paradiplomacia do governo estadual, *PG*, *iii*) indicador de capacidade de pagamento da dívida, *CP* e *iv*) indicador da oferta relativa de crédito para o estado do Ceará, *OC*. A captação trimestral de recursos externos tem como fonte a base de dados da SEFAZ, a qual disponibiliza os valores de operações de crédito interno de externo, sendo então coletados diretamente dos Balanços Gerais do Estado.

A influência do fator iniciativa paradiplomática dos entes subnacionais na captação de recursos externos na ótica construtivista, está baseada na busca de projeção externa da identidade local no exterior e evolução do grau de abertura ao comércio exterior. O grau de abertura de uma economia ao comércio exterior pode ser definido a partir da razão entre as exportações mais importações e o PIB. Quanto maior o grau de abertura do estado ao comércio exterior, ou seja, quanto maior o peso das exportações e importações de bens e serviços na economia local, maior a tendência de o mesmo exercitar uma paradiplomacia financeira.

Esse indicador para o Ceará apresentou aumento considerável no período 1987 a 2006, tendo reduzido nos últimos anos em função do efeito da apreciação do real em relação ao dólar⁶.

⁶ O efeito cambial subestima o fluxo de receita de exportação em relação ao PIB local, majoritariamente composto por bens não comercializáveis no exterior.

Com relação à capacidade de pagamento do Estado, esta indica a relação entre a comparação das receitas e despesas primárias e a receita corrente líquida, ou seja, o quanto da RCL é necessário para quitar o montante das dívidas de curto e de longo prazo, já deduzidas as disponibilidades de caixa. Por representar uma variável de estoque, tende a apresentar variações significativas no período e estabilizadas a partir de 2002.

Por fim, a variável que capta a oferta de crédito internacional para o estado é construída por meio da relação entre as operações contratadas de crédito pelo estado do Ceará em relação ao valor total das operações de créditos contratadas pelo Brasil internamente e junto a organismos internacionais. A oferta de crédito externo ao Brasil é obtida do Balanço de Pagamentos do BACEN.

Além das séries temporais destas variáveis são utilizadas ainda uma variável *dummy* para captar o efeito no endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (*LRF*) e variáveis *dummy* para identificar as mudanças de gestão política do Governo do Ceará. Durante o período em questão, houve quatro gestões diferentes: *i*) Tasso Jereissati, de 1999.1 a 2002.1, (*GOV1*), *ii*) Beni Veras, de 2002.2 a 2002.4, (*GOV2*), *iii*) Lucio Alcântara, de 2003.1 a 2006.4, (*GOV3*); e *iv*) Cid Gomes, de 2007.1 a 2008.4, (*GOV4*). Optou-se em “desconsiderar”, sem perda de generalidade, a *dummy* para o período do segundo ao quarto trimestre de 2002, em razão do uso de intercepto no modelo.

Definidas e construídas as séries das variáveis endógena e exógenas, a análise do impacto direto e linear das variáveis explicativas de natureza macroeconômica, fiscal e política se dá a partir da estimação do arcabouço linear proposto em (2) via Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Esta técnica de estimação se mostra *a priori* bem especificada e apta a ser utilizada, uma vez que as

variáveis aleatórias em questão apresentaram um comportamento estacionário, segundo os resultados do teste para presença de raiz unitária em um polinômio autoregressivo, seguindo a versão aumentada (ADF) da técnica originalmente proposta em Dickey-Fuller (1979, 1981). Não há também problemas com relação a multicolinearidade, nem com a heterocedasticidade dos resíduos, segundo o teste ARCH-LM, os quais apresentam apenas autocorrelação serial significativamente elevada em distintas defasagens, justificando a adoção do erro padrão consistente para heterocedasticidade e autocorrelação serial proposto por Newey e West (1987).

Dentre todas as especificações possíveis, optou-se por uma parcimoniosa, até mesmo em razão da série temporal limitada disponível, em que fosse obtido o maior valor para o *loglikelihood*. Na versão mais bem especificada, foram observadas as significâncias das variáveis individualmente e realizados testes de significância conjunta das variáveis fiscais e das variáveis *dummy*, além do teste F de significância conjunta de todas.

4.2 Base de dados

Sobre o período de tempo observado, de 1998 até 2008, 40 observações trimestrais, tal escolha se deve ao dilema observado entre a quantidade de observações ao longo do tempo (*T*) e a capacidade de se construir uma mínima quantidade de *proxies* adequadas (*N*). No arcabouço linear usado, há basicamente quatro séries temporais, cujas estatísticas descritivas estão reportadas na Tabela 3 e os respectivos gráficos na Figura 3.

Tabela 3 – Estatística descritiva e estacionariedade das principais variáveis (1999 a 2008) (1)

Variável	Estatísticas descritivas					Estacionariedade (2)
	Média	Desvio padrão	Máximo	Mínimo	Taxa de crescimento médio	Augmented Dickey-Fuller
Receitas de operações de crédito externo contratadas no trimestre, <i>CRE_t</i> , (R\$ milhões)	160,400	83,491	308,279	42,662	4,145%	-5,708 [0,0002]
Proxy de indicador trimestral de paradiplomacia do governo estadual, <i>PG_t</i> , (%)	8,974%	2,196%	10,971%	4,819%	10,287%	-4,566 [0,0040]
Proxy de indicador trimestral de capacidade de pagamento de dívida, <i>CP_t</i> , (%)	7,512%	24,053%	55,549%	-42,811%	71,182%	-4,332 [0,0087]
Proxy de oferta relativa trimestral de crédito interno e externo, <i>OC_t</i> , (%)	3,159%	3,110%	11,568%	1,030%	-5,894%	-5,191 [0,0007]

Fonte: elaboração dos autores.

Notas: (1) Séries temporais anuais extraídas a partir de informes de domínio público disponibilizados nos sites dos seguintes órgãos: Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da fazenda do Estado do Ceará, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

(2) Teste de estacionariedade Augmented Dickey-Fuller, cuja hipótese nula é de presença de raiz unitária na série em nível. A estatística *t* está reportada com o respectivo p-valor entre colchetes, tendo sido a escolha de defasagens, segundo o critério de informação de Schwarz, com o máximo de 9 *lags*. Estatística *t* reportada com respectivo p-valor entre colchetes. Escolha de defasagens, segundo o critério de informação de Schwarz.

Aspecto imprescindível na estimação via MQO do modelo linear originalmente proposto, observa-se que todas as séries temporais são estacionárias ao nível

de 1% de significância, segundo o teste ADF implementado.

Sobre a variável dependente, é possível observar que o Estado do Ceará captou em média R\$ 160 milhões por ano, a partir de um comportamento bem volátil caracterizado por forte tendência de crescimento entre 2001 e 2006, quando este volume atingiu seu maior valor anual, acima de R\$ 300 milhões, sendo o período seguinte caracterizado por sucessivas reduções, até atingir seu menor patamar, abaixo de R\$ 50 milhões.

A capacidade de pagamento do estado cearense, na média foi de 7,5% e exceto pelo período de forte oscilação entre 1999 e 2001, evoluiu lentamente entre

2002 e 2008, passando de 0% a 20%. A métrica que mensura paradiplomacia possui uma série temporal bem mais suave, com tendência linear visível de crescimento – taxa média anual de 10,3% – oscilando entre 5% e 11%, enquanto a série da oferta relativa de crédito sugere que a relevância do Estado no contexto nacional, a qual já foi da ordem de 12%, sofreu forte redução entre 1999 e 2001, quando passou a representar de cerca de 1% de todo o crédito ofertado no Brasil. A partir de 2002, tem-se um comportamento marcado por baixo crescimento, com esta variável oscilando entre 1% e 4%.

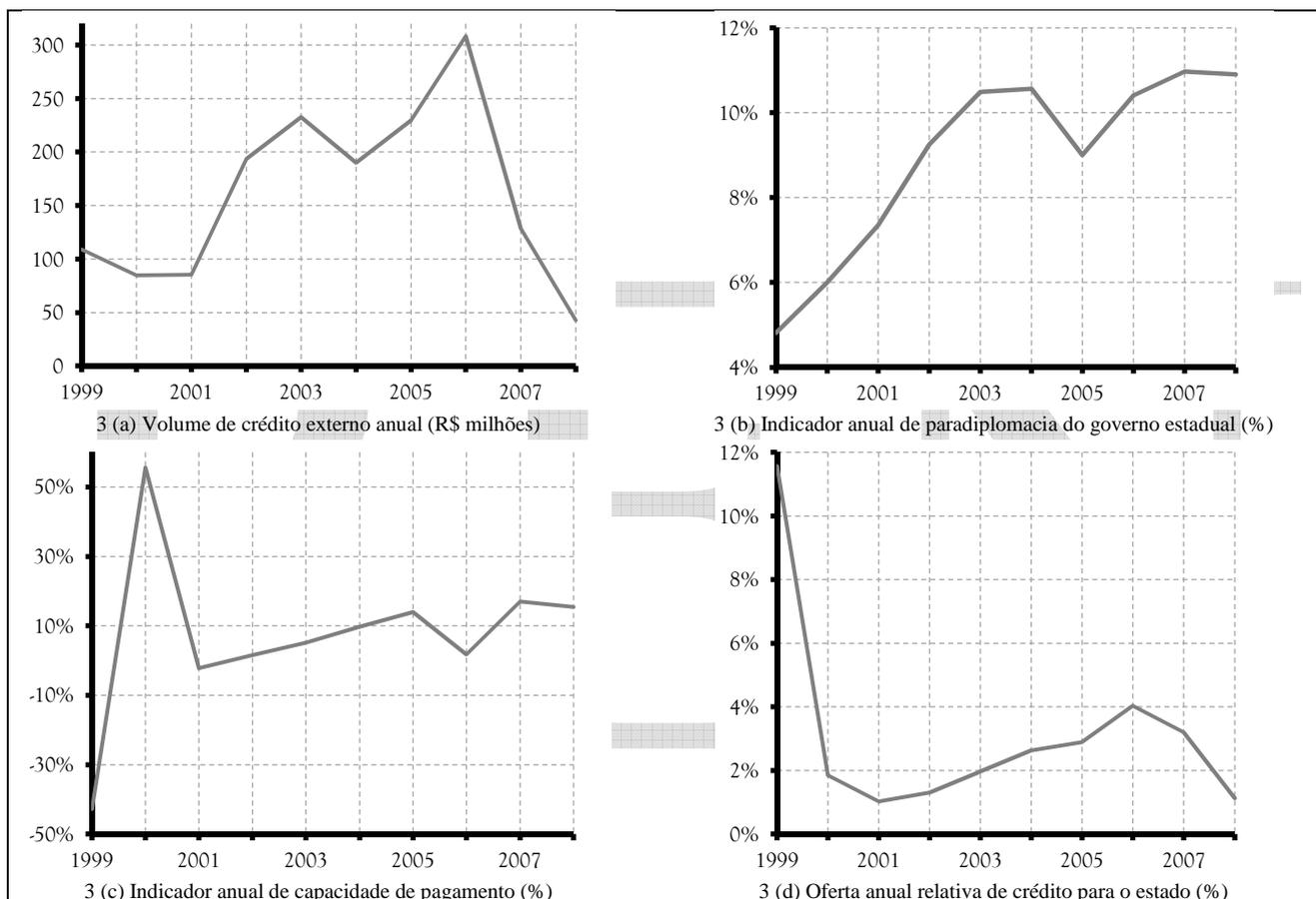


Figura 3 – Séries temporais anuais das principais variáveis fiscais e macroeconômicas (1999 a 2008) (1)

Fonte: elaboração dos autores.

Nota: (1) Séries temporais anuais extraídas a partir de informes de domínio público disponibilizados nos sites dos seguintes órgãos: Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

5 Resultados

Este processo sequencial de inclusão de defasagens tem seu término quando do acréscimo já do primeiro *lag* em razão da série temporal em questão não ser suficientemente longa a ponto de se estimar quatorze (14) parâmetros ou mais, havendo poucos graus de liberdade, comprometendo assim a qualidade da inferência estatística. Observa-se também que nas mais diversas combinações, a maioria das primeiras defasagens torna-se insignificante a 10%. Assim, acredita-se que esta tenha sido a escolha adequada

quanto à duração máxima, decisão esta comumente *ad hoc*. A versão mais bem especificada é tal que, a única variável cuja primeira defasagem se mostrou significativa foi a *proxy* para capacidade de pagamento, sendo as demais variáveis significativas quando usadas contemporaneamente, conforme a regressão a seguir, cujos estão resultados reportados na Tabela 4.

$$CRE_t = \alpha + \beta_{cp,1}CP_{t-1} + \beta_{pg}PG_t + \beta_{oc}OC_t + \gamma_{LRF}LRF + \gamma_1GOV1 + \gamma_3GOV3 + \gamma_4GOV4 + \varepsilon_t, (3)$$

As variáveis explicativas (exceto o intercepto) são todas conjuntamente significativas a 1% com a respectiva estatística F em 12,44. Quando do teste conjunto por grupos de variáveis, as *proxies* construídas foram significativas a 1%, com uma estatística F superior a 100, o mesmo pode ser evidenciado para as variáveis *dummy*, com estatística F com ordem de grandeza de 7, 13. Apenas o intercepto não se mostra significante.

O valor de aproximadamente 2,5 para o teste de Durbin Watson pode ser visto como um indício do

correto uso da adoção do erro padrão consistente para heterocedasticidade e autocorrelação serial proposto por Newey e West (1987), tendo em vista a correlação serial negativa dos resíduos. Esta evidência, relevante no sentido de assegurar a correta especificação da matriz corrigida de covariância dos resíduos, é corroborada observando-se o correlograma reportado na Tabela 5, assim como as estatísticas Q de Ljung e Box (1979).

Tabela 4 – Estimação do modelo linear: captação de recursos externos do Estado do Ceará (1999.1 a 2008.4) (1) (2)

$$CRE_t = \alpha + \beta_{cp,1}CP_{t-1} + \beta_{pg}PG_t + \beta_{oc}OC_t + \gamma_{LRF}LRF + \gamma_1GOV1 + \gamma_3GOV3 + \gamma_4GOV4 + \varepsilon_t$$

Coeficientes				Testes de Wald	
α	-0,732	(18,966)	[0,969]	$\gamma_{LRF} = 0, \gamma_1 = 0,$	
$\beta_{cp,1}$	-5,161*	(2,579)	[0,054]	$\beta_{cp,1} = 0, \beta_{pg} = 0, \beta_{oc} = 0$	
β_{pg}	461,980*	(241,521)	[0,065]	108,358 [0,000]	$\gamma_3 = 0, \gamma_4 = 0$
β_{oc}	1237,228***	(147,187)	[0,000]	7,127 [0,001]	
γ_{LRF}	-14,444***	(4,866)	[0,006]		
γ_1	-17,881**	(8,414)	[0,042]		
γ_3	-16,695**	(7,146)	[0,026]		
γ_4	-29,652***	(7,011)	[0,000]		
R2 (ajustado) = 0,678				Estatística F = 12,447*** [0,000]	
Estat. D. Watson = 2,480				Log likelihood = -174,050	

Fonte: elaboração dos autores.

Notas: (1) Técnica de estimação: Mínimos quadrados ordinários com erro-padrão consistente para heterocedasticidade e autocorrelação serial proposto por Newey e West (1987).

(2) Erro padrão reportado entre parênteses e o respectivo p-valor entre colchetes.

*Significância a 10%.

** Significância a 5%.

***Significância a 1%.

Tabela 5 – Correlograma

Autocorrelação	Correlação parcial	Q-estatística	P-valor
		2,468	0,116
		2,662	0,264
		5,191	0,158
		9,020	0,061*
		11,823	0,037**
		13,026	0,043**
		18,285	0,011**
		21,128	0,007***
		21,473	0,011**
		22,620	0,012**
		29,394	0,002***
		30,372	0,002***
		30,373	0,004***
		30,380	0,007***
		32,549	0,005***

Fonte: elaboração dos autores.

Nota: Teste estatístico proposto em Ljung e Box (1979), cuja hipótese nula é de ausência de autocorrelação para cada defasagem específica.

* Rejeição de H0 a 10%.

** Rejeição de H0 a 5%.

***Rejeição de H0 a 1%.

Observa-se que a capacidade de explicação do arcabouço proposto é razoável, dado o R² ajustado de 67,8%, valor este certamente não espúrio, sendo os sinais obtidos bastante intuitivos, exceto para o valor estimado negativo para a capacidade de pagamento.

Mais especificamente, seria intuitivo obter valor positivo para $\beta_{cp,1}$, de forma que quando da sinalização de um estado com maior capacidade em honrar seus compromissos, este estivesse apto a receber uma maior quantidade de crédito junto a um órgão internacional criterioso. Com base no arcabouço usado, o resultado negativo e significativo somente a 10% para este coeficiente estimado poderia ser interpretado e consequentemente mal utilizado por estados que pretendam se endividar através de credores externos. Este impacto negativo e pouco intuitivo, porém, está associado a uma elasticidade-capacidade da captação quase desprezível, da ordem de -0,003.

Atendo-se aos parâmetros associados à paradiplomacia e oferta relativa de crédito, ambas contemporâneas, intuitivamente percebe-se que estas influenciam positivamente A elasticidade-oferta da captação assume um valor elevado, em torno de 0,24,

enquanto a sensibilidade em relação à paradiplomacia é de 0,22.

Devida à natureza restritiva imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, seria previsível que, em um arcabouço bem ajustado, γ_{LRF} apresentasse sinal negativo. A evidência acerca de este coeficiente ser significativamente negativo corrobora o cumprimento e a eficiência desta relevante lei que rege as finanças públicas via contração de gastos públicos e endividamentos, apesar da captação ser quase inelástica em relação à *dummy*, com elasticidade de aproximadamente -0,09.

Com relação às variáveis *dummy* associadas à gestão no poder executivo estadual, a evidência obtida sugere que todas as mudanças de Governadores no Ceará influenciaram de forma negativa e significativa a captação de recursos junto a credores externos. Elasticidades da ordem de -0,10 nas duas primeiras mudanças, com destaque para a última sucessão, em que a passagem da gestão governamental de 2006 para 2007 gerou o impacto de maior valor e mais significante, com elasticidade de -0,19.

Por fim, devido ao pioneirismo do exercício econométrico e o tamanho limitado das séries temporais disponíveis, recomenda-se cautela na interpretação e aplicação de seus resultados. Sugere-se, ainda, que futuras pesquisas especifiquem outras variáveis e ampliem a base de dados ora disponível, de modo a permitir testes econométricos mais robustos e sofisticados.

Neste sentido, uma extensão interessante está associada ao estudo desta realidade paradiplomática na esfera estadual, porém, contemplando todas as unidades federativas, em um exercício com dados em painel, o que ampliaria bastante os graus de liberdade do modelo econométrico, assim como permitiria inferir sobre as diversas realidades dos governos estaduais.

6 Conclusão

O acesso dos governos estaduais e municipais a recursos externos pode se tornar um importante instrumento de desenvolvimento e crescimento econômico sustentável. Assim, os governos locais podem ter acesso às novas tecnologias e juros mais baixos que os praticados no Brasil.

O processo de participação descentralizada crescente em atividades de paradiplomacia tem imposto ao Brasil o desafio da condução do potencial interesse pelas relações externas dos governos (estaduais e municipais) com os interesses do estado nacional. Uma vez que o acesso dos governos às distintas fontes de financiamentos inclui o endividamento interno e externo, o que pode vir a influenciar na magnitude do déficit do setor público dos países como um todo.

Ponto importante para a manutenção e ampliação de políticas de paradiplomacia são as garantias do governo, principalmente relacionadas à

sua capacidade de manter um ambiente propício aos agentes externos (investidores e instituições de crédito). Assim, a estabilidade do cenário macroeconômico local e sua blindagem em relação às oscilações da economia externa passam pelo equilíbrio das contas do governo (união, estados e municípios) e que foi fortalecida pela LRF, que determina limites para o endividamento.

Neste cenário em que se busca um equilíbrio entre a distribuição de recursos e competências e os objetivos de estabilidade macroeconômica, este estudo de verificação empírica dos determinantes da paradiplomacia financeira no Ceará durante a década de 1999 a 2008 – cuja economia responde aproximadamente por apenas 2% do Produto Interno Bruto do Brasil, porém, tem apresentado captações acima de 10% do volume total contratado por todos os estados brasileiros – serve para abrir caminho a pesquisas posteriores.

É possível evidenciar o sucesso alcançado pela reforma fiscal do Ceará, o qual levou a uma sólida credibilidade financeira, permitindo viabilizar um fluxo contínuo de captação de empréstimos externos junto a organismos financeiros internacionais, de modo a financiar projetos de investimento em infraestrutura física e social no Estado. A evolução destas receitas de operações contratadas de crédito externo foi influenciada negativamente pelas mudanças de gestão do poder executivo estadual. Estas operações de crédito foram ainda determinadas positivamente pela oferta destinada ao estado *vis-à-vis* o montante nacional e principalmente pelo esforço de uma diplomacia paralela, de forma que um aumento nesta variável em 1% implica no aumento de 0,22% na captação de recursos externos.

Referências

- ALT, F. Distributed lags. **Econometrica**, Chicago, v. 10, n. 22, p. 113-128, 1942.
- ALMEIDA, N.; SILVA, D. Paradiplomacia: novas perspectivas. In: CONGRESSO DO FOMERCO, 6., 2007, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Fomerco, 2007.
- DICKEY, D.; WAYNE, F. Distribution of the Estimators for Autoregressive Time Series With a Unit Root. **Journal of the American Statistical Association**, Alexandria, v. 74, n. 366, p. 427-431, 1979.
- _____. Likelihood ratio statistics for autoregressive time series with a unit root. **Econometrica**, Chicago, v. 49, n. 4, p. 1057-1072, 1981.
- DUCHACEK, I. Perforated sovereignty. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: OUP, 2001.

- FARIAS, D. **Federalismo e relações internacionais**. 2000. 83 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Departamento de Relações Internacionais, Brasília, DF, 2000.
- HOCKING, B. Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais. In: VIGEVANI et al. (Org.) **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Educ; Unesp; Edusc, 2004.
- KEATING, M. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias. In: VIGEVANI et al. (Orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP; EDUSC, 2004.
- LJUNG, G.; BOX, G. On a Measure of Lack of Fit in Time Series Models. **Biometrika**, Oxford, v. 65, n. 2, p. 297-303, 1978.
- MAIA, J.; SARAIVA, J. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 1, p. 106-134, 2012.
- MATOS, P.; COSTA, J. Análise do impacto da classificação de risco no mercado de crédito brasileiro. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 39, p. 65-90, 2012.
- MOREIRA, F.; SENHORAS, E.; VITTE, C. **Geopolítica da paradiplomacia subnacional: um estudo sobre a extroversão internacional dos municípios da rede de Mercocidades**. Campinas: UNICAMP, 2010. Working paper.
- NEWAY, W.; WEST, K. A simple, positive semi-definite, heteroskedasticity and autocorrelation consistent covariance matrix. **Econometrica**, v. 55, n. 3, p.703-708, 1987.
- PAQUIN, S. La paradiplomatie identitaire: le Québec, la Catalogne et la Flandre en relations internationales. **Politique et Sociétés**, Quebec, v. 23, n. 2-3, p. 203-237, 2004.
- PRADO, D. Os governos locais como atores nas relações internacionais: a atuação via rede de cidades. In: CONGRESSO DO FOMERCO, 6., 2007, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Fomerco, 2007.
- PRAZERES, T. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras. In: VIGEVANI et al. (Orgs.) **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP, 2004, p. 283-312.
- ROSENAU, J. **Turbulence in world politics: a theory of change and continuity**. Princeton: University Press, 1990.
- SALOMON, M; NUNES, C. A ação externa de governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 99-147, 2007.
- SOLDATOS, P. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. (Ed.). **Federalism and International relations: the tole of subnational Units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- TINBERGEN, J. Long-term foreign trade elasticities. **Metroeconomica**, Oxford, v. 1, n. 3, p. 174-185, 1949.
- VIGEVANI, T. The legal and Institutional framework for the international management of subnational government players in Brazil. **Integration & Trade**. Buenos Aires: Institute for the Integration of Latin America and the Caribbean, Integration and Regional Programs Department, Inter-American Development Bank, p. 8-21, 2004.
- _____. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios Brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo. v. 21, n. 62, p. 127-139, 2006.
- ZABALA, A. Qué sentido tiene hablar de paradiplomacia? Una encuesta intertextual en torno a un neologismo polisémico. In: ALDECOA, F.; KEATING, M. **Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones**. Madrid: Marcial Pons; Ediciones Jurídicas y Sociales, 2000.